



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**



**CÂMARA MUNICIPAL DE**  
**CÁCERES**

**CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES-MT**

**PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS**  
**09 DE OUTUBRO DE 2021**

**CADERNO DE PROVAS - DIREITO**

- Para cada questão existe apenas uma resposta correta.
- A resposta deve ser marcada no **CARTÃO RESPOSTAS** que será entregue a você.
- Leia atentamente as instruções presentes no **CARTÃO DE RESPOSTAS**.
- A marcação de mais de uma alternativa no **CARTÃO DE RESPOSTAS** implicará a anulação da questão.
  - A prova terá duração de 2 (duas) horas.
  - Você só poderá ausentar-se do local de provas portando este **CADERNO DE PROVAS** durante os 15 (quinze) minutos finais de aplicação.

**IMPORTANTE!**

Em hipótese alguma será permitida qualquer tipo de consulta, seja em folhetos, apostilas ou meios eletrônicos, como celulares, rádio, etc.



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**

1)-Quem administra a Câmara Municipal: é o:

- a) Prefeito
  - b) Presidente do Legislativo
  - c) Juiz Estadual
  - d) Secretário Administrativo
- 

2) - Compete à Mesa Diretora, dentre outras atribuições legais:

- a) contratar pessoal, na forma da Lei, por tempo determinado,
  - b) suplementar todas as dotações orçamentárias, observado o limite previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias;
  - c) reter todo Saldo de Caixa existente na Câmara, ao final do exercício, para gastar no ano vindouro;
  - d) enviar ao Prefeito, em até o dia 720 dias, as contas do exercício anterior;
- 

3) - Compete à Câmara Municipal, com sanção do Prefeito, dispor:

- a) determinar qualquer abertura de Créditos Suplementares e Extraordinários ao Poder Executivo;
  - b) votar o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Semestral;
  - c) legislar sobre os tributos de competência municipal;
  - d) realizar operações de crédito perante o Bacen, deliberando sobre a forma e os meios de seu pagamento.
- 

4) – O processo legislativo compreende a elaboração, EXCETO:

- a) emenda à Lei Orgânica;
  - b) leis complementares à Lei Orgânica;
  - c) leis ordinárias;
  - d) instruções normativas administrativa.
- 

5) - Como se denomina o ato administrativo que, após constatados presença de ilegalidade, invalida a licitação, respeitando a garantia do contraditório e da ampla defesa, chama-se:

- a) homologação.
- b) anulação.
- c) rescisão.



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**

d) revogação

6) – Marque a assertiva correta entre a situação descrita e a modalidade licitatória aplicável, de acordo com as disposições da Lei nº 8.666/93:

a) Concurso, para escolha de trabalho científico, mediante a instituição de prêmio ou remuneração ao vencedor.

b) Tomada de preços, para aquisição de bens móveis, independentemente do valor.

c) Leilão, para aquisição de obras de arte, com lance igual ou superior ao da avaliação.

d) Concorrência, para alienação de bens inservíveis, desde que o valor não supere o limite de R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

---

7) - A modalidade de licitação adequada para eleição de um trabalho científico, por meio de instituição de prêmio ou remuneração ao vencedor, é:

a) convite.

b) consulta.

c) concurso.

d) tomada de preços.

---

8) - Em face à modalidade de licitação denominada Pregão, analise as seguintes assertivas:

I. O Pregão é uma modalidade que tem a peculiaridade de ser aplicável para qualquer valor, desde que o objeto se enquadre na definição exigida na lei.

II. O pregão é uma das modalidades de licitação previstas na Lei das Licitações, ou seja, Lei nº 8.666/1993.

III. É utilizada pela administração pública para a aquisição de bens e serviços comuns.

Quais estão corretas?

(A). Apenas I

(B). Apenas II.

(C). Apenas III.

(D). Apenas I e II.

(E). Apenas I e III.

---

9 - (EDUCA – 2018) - Sobre Direitos Políticos, analise as assertivas a seguir:

I. O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de dezoito anos.

II. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular.



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**

III. São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos.

IV. O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude. Estão CORRETAS:

- a) II, III e IV apenas.
  - b) I, II, e IV apenas.
  - c) I, II e III apenas.
  - d) I, II, III e IV.
- 

10. Quais os princípios fundamentais da Administração Pública:

- a) Legalidade, impessoalidade, publicidade e eficiência
  - b) Moralidade, impessoalidade, publicidade, legalidade e eficiência
  - c) Morosidade, publicidade, impessoalidade, legalidade e eficiência
  - d) Eficiência, supremacia do interesse público, legalidade, pessoalidade e moralidade
- 

11 - (Banca: IDIB) - Sobre os servidores públicos e a Administração Pública, analise as afirmativas a seguir:

- I. É possível, por exemplo, que o prazo de validade do concurso público seja de seis meses.
- II. A Constituição Federal admite, em determinados casos, a acumulação remunerada de cargos públicos.
- III. As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

Assinale:

- a) se todas as afirmativas estiverem corretas
  - b) se apenas a afirmativa I estiver correta.
  - c) se as afirmativas I e II estiverem corretas.
  - d) se as afirmativas II e III estiverem corretas.
- 

12 – (Banca - EDUCA) De acordo com o art.37 da Constituição Federal de 1988, os atos de improbidade administrativa importarão a:

- I. Suspensão dos direitos políticos.
- II. A perda da função pública.



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**

III. A indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e graduação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

Está(ão) CORRETA(S):

- a) I e II.
  - b) III.
  - c) I e III.
  - d) I, II e III
- 

13 - Cargo público é:

- A) o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor.
  - B) o local físico em que o funcionário público nele investido exerce as suas funções.
  - C) a repartição pública na qual está lotado o servidor investido no exercício de suas funções.
  - D) o emprego acessível a todos os brasileiros, criado por ato administrativo de chefe de autarquia e fundações públicas.
- 

14 – (Banca: AMEOSC) De acordo com a Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta sobre a incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo:

- a) - É vedada.
  - b) - É obrigatória.
  - c) - É incentivada.
  - d) - É permitida, mas não aceita
- 

15 – (VUNESP) - Em relação à Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, é correto afirmar:

Alternativas

- A) - lei em vigor terá efeito imediato e específico, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa transmutada.
- B) - nos estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, inicia-se 3 (três) meses depois de oficialmente publicada, respeitando-se, ainda, a *vacatio legis* de 45 (quarenta e cinco) dias, salvo disposição em contrário.
- C) - a lei posterior revoga totalmente a anterior quando expressamente o declare ou quando regule a matéria de que tratava a lei anterior, ainda que parcialmente.



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**

D - salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.

---

16 – (Banca: SELECON - adaptada) Nos termos da Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, as correções a texto de lei já em vigor consideram-se lei:

- A) -revigorada
  - B) - revista
  - C) - especial
  - D) – nova
- 

17. Suponha que, no desempenho do cargo na Câmara Municipal de Cáceres, o estagiário tenha direito a algum auxílio. A solicitação desse benefício deve ser feita por meio de

- A) - comunicação interna
  - B) – requerimento administrativo
  - C) - carta
  - D) - declaração
- 

18. (COPEVE-UFAL) Como se denomina o tipo de correspondência oficial que é enviada a vários funcionários ou repartições?

- A) Ata.
  - B) Edital.
  - C) Circular.
  - D) Memorando.
- 

19. (CONSULPLAN ) O processo legislativo guarda relação com o processo judicial, em especial, no que se refere a princípios aplicáveis a ambos, do qual é exemplo:

- A) Imparcialidade.
  - B) Devido processo legal.
  - C) Duplo grau de jurisdição.
  - D) Ampla defesa e contraditório. \_
- 

20. (INSTITUTO AOCP – adaptada) Ao redigir uma correspondência oficial, a



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**

forma de tratamento que precisa ser empregada, conforme a autoridade para o qual enviamos. Se enviada para o Presidente da Câmara Municipal de Cáceres, qual forma deverá ser usada:

- A) Vossa Excelência.
  - B) Vossa Eminência.
  - C) Vossa Senhoria.
  - D) Vossa Alteza.
- 

**FIM...**



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CÁ CERES**

**GABARITO DA PROVA DE DIREITO**

**Prova do dia 09-10-2021**

Nome: \_\_\_\_\_

|    | A | B | C | D |
|----|---|---|---|---|
| 1  |   |   |   |   |
| 2  |   |   |   |   |
| 3  |   |   |   |   |
| 4  |   |   |   |   |
| 5  |   |   |   |   |
| 6  |   |   |   |   |
| 7  |   |   |   |   |
| 8  |   |   |   |   |
| 9  |   |   |   |   |
| 10 |   |   |   |   |
| 11 |   |   |   |   |
| 12 |   |   |   |   |
| 13 |   |   |   |   |
| 14 |   |   |   |   |
| 15 |   |   |   |   |
| 16 |   |   |   |   |
| 17 |   |   |   |   |
| 18 |   |   |   |   |
| 19 |   |   |   |   |
| 20 |   |   |   |   |





**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**

***RASCUNHO DA PROVA DE DIREITO***

|           | <b>A</b> | <b>B</b> | <b>C</b> | <b>D</b> |
|-----------|----------|----------|----------|----------|
| <b>1</b>  |          |          |          |          |
| <b>2</b>  |          |          |          |          |
| <b>3</b>  |          |          |          |          |
| <b>4</b>  |          |          |          |          |
| <b>5</b>  |          |          |          |          |
| <b>6</b>  |          |          |          |          |
| <b>7</b>  |          |          |          |          |
| <b>8</b>  |          |          |          |          |
| <b>9</b>  |          |          |          |          |
| <b>10</b> |          |          |          |          |
| <b>11</b> |          |          |          |          |
| <b>12</b> |          |          |          |          |
| <b>13</b> |          |          |          |          |
| <b>14</b> |          |          |          |          |
| <b>15</b> |          |          |          |          |
| <b>16</b> |          |          |          |          |
| <b>17</b> |          |          |          |          |
| <b>18</b> |          |          |          |          |
| <b>19</b> |          |          |          |          |
| <b>20</b> |          |          |          |          |



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

2. Direito

2.1 Lei Orgânica do Município de Cáceres: da Competência da Mesa Diretora da Câmara, artigo 22 ao 25; 2.2 Das Leis e do Processo Legislativo: art. 40 a 42; Redação Oficial, Memorando, Ofício, Circular, Formas de tratamentos; 3. Lei 8.666/93; Dos Princípios, Das Modalidades, Limites e Dispensa. Contratos; Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002. 4 - Constituição federal de 1988: art. 41, Direitos Políticos. Da Administração Pública, dos servidores públicos, Da organização do Estado; Da organização Político-Administrativa, Da União, Dos Estados federados, Dos Municípios. 5. Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro